

HABEAS CORPUS Nº 535.950 - SP (2019/0289682-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADILSON ALVES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO. PRETENSÃO DE CONTAGEM DO PERÍODO EXCEDENTE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES.

Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Adilson Alves da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 0007548-71.2018.8.26.0996).

A impetrante alega, em síntese, que *foi indeferido o pedido de remição as penas com relação a atividade escolar que excedeu as 4 (quatro) horas diárias* (fl. 5).

Sustenta que na linha do entendimento dos Tribunais Superiores o tempo excedente não deve ser desconsiderado. Afirma, ainda, que *o Superior Tribunal de Justiça vem reconhecendo a possibilidade de ser computado o tempo de trabalho com as horas extras superiores à jornada normal mínima de até 6 horas diárias, transformando-as em dias para fins de remição. Desta forma, esse tempo excedente não seria excluído da contagem, mas sim acumulado para computação de dias a serem remidos* (fl. 5).

Requer, ao final, a concessão da ordem para que seja considerada a remição com base nas 54 horas e 10 minutos estudados, *considerando para fins de remição as horas excedentes a 4 horas/dia* (fl. 8).

Liminar indeferida (fls. 143/144).

Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas (fls. 148/149), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 153/157).

É o relatório.

Em que pese as razões da defesa, a insurgência não prospera.

Esta Corte já decidiu que não é possível a remição das horas excedentes de estudo, posto que *a jornada máxima de estudo fixada em 4 horas por dia é especificada pela literalidade normativa, o que não ocorre no caso de remição para os dias de trabalho, prevista no inciso II do mesmo dispositivo - art. 126, § 1º, da Lei 12.433/2011, não havendo portanto que falar em isonomia.* (AgRg no HC n. 522.304/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 22/11/2019).

Ainda neste sentido: HC n. 535.967/SP, Ministro Ribeiro Dantas, 21/11/2019; HC n. 535.963/SP, de minha relatoria, 30/9/2019; e HC n. 495.388/SP, Ministro Jorge Mussi, 29/5/2019.

Ante o exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator